CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE: Nº 1496/83 - (Processo DRE-7-OESTE Nº 1147/83)
INTERESSADO : EEPSTG "TOUFIC JOULIAN"/CARAPICUÍBA
ASSUNTO : CONVALIDAÇÃO DOS ATOS ESCOLARES PRATICADOS PELA
ALUNA MARI ARTZ
RELATOR : CONSº HEITOR PINTO E SILVA FILHO
PARECER CEE : 399 /84 - CESG - APROVADO em 20/03/84

1 - HISTÓRICO

1.1. Por sua direção, a EEPSTG "TOUFIC JOULIAN", 33a. D.E de Carapicuíba, DRE-7-OESTE, dirige-se a este Conselho a fim de solicitar a regularização da vida escolar da aluna MARI ARTZ, filha de Antônio Artz e Ana Rosário Artz, natural de Santana do Parnaíba/SP, nascida aos 17/03/1943, cuja situação assim se configura:

1.1.1 - concluiu, em 1977, no Colégio "Liberdade"/Carapicuíba, o Curso Supletivo - Modalidade Suplência em nível de 2º grau,

1.1.2 - matriculou-se, em 1978, na 2a. série da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério na EEPSTG "Antônio Raposo Tavares", em Osasco, 31a. D.E de Osasco, DRE-7 Oeste. Nessa Escola, foi dispensada das disciplinas de Educação Geral, nos termos da Resolução SE nº 10 de 27, publicada no DOE de 28/01/78;

1.1.3 - no segundo semestre do mesmo ano letivo (1978), transferiu-se para a EEPSTG "Toufic Joulain"/Carapicuíba e, à vista da dispensa efetuada na escola de origem, prosseguiu seus estudos na 2a. série "sem cursar as disciplinas do núcleo comum";

1.1.4 - freqüentou, em 1979, nessa Escola, a 3a. série da referida habilitação, com dispensa do componente curricular Língua Portuguesa e Literatura Brasileira;

1.1.5 - concluiu, em 1980, no mesmo estabelecimento, a 4a. série da habilitação, com aprofundamento de estudos na área do ensino de 1a e 2a. séries do 1º grau, sendo que, no segundo semestre desse ano, foi a aluna informada acerca de irregularidades detectadas em seu curso.

Isto porque, por ocasião da conferência dos prontuários dos concluintes da 4a. série, para fins de expedição do diploma, constatou a direção desta última Escola, com relação à aluna em epígrafe, "a existência de problemas alusivos à carga horária

do núcleo comum (Educação Geral) e à adaptação na disciplina Programas de Informação Profissional".

Ou seja, comparando-se a carga horária de Educação Geral cumprida pela aluna no curso supletivo à prescrita na grade curricular da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, verificou-se um déficit de 409 horas. Por outro lado, não foi submetida a processo de adaptação em Programas de Informação Profissional, em cujo espaço destinado ao registro ficou faltando a nota e a carga horária.

Esses, então, os motivos pelos quais solicitam a presente audiência a este Colegiado.

1.2 - Falando nos autos, a Supervisão do Ensino competente, fundamentando-se na Deliberação CEE 27/78, Pareceres CEE nºs 711/77 e 341/78 e na Resolução SE nº 10/78, manifesta-se favorável à convalidação dos atos escolares praticados pela discente em pauta, posto que, em relação à dispensa dos componentes da Educação Geral, considera que tal fato "apenas careceu de providências e registros burocráticos e, no tocante à adaptação em PIP, que a Deliberação CEE nº 27/78 não distingue, ou melhor, não explicita a validade da dispensa também para a parte de Formação Especial".

1.3 - A DRE-7-OESTE, por intermédio de sua Assistência Técnica de 2º Grau, examinando o assunto, entende "como passíveis de convalidação os atos escolares praticados pela interessada".

1.4 - Encaminhado à COGSP, o expediente foi submetido à apreciação da CENP - Divisão de Currículo, após o que veio ter a este Conselho através do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Educação.

2 - APRECIÇÃO

2.1 - Em realidade, os dispositivos legais que regulamentam a "dispensa" de disciplinas a portadores do certificado de conclusão do ensino do 2º grau contemplam, com igualdade de tratamento, tanto os alunos que concluíram o 2º grau, via regular, quanto os que o fizeram, via supletiva. Logo, nesses últimos casos, para fins de dispensa das disciplinas de Educação Geral, não cabe à escola recipiendária utilizar, a rigor, como parâmetro, a carga horária prevista, para esta parte do currículo, na grade curricular da habilitação, objeto de escolha do aluno.

Tal orientação, consubstanciada em vários Pareceres deste Conselho, encontra-se englobada no Parecer CEE nº 1189/82, relatado pela nobre Conselheira Maria Aparecida Tamaso Garcia e publicado no DOE de 13/08/82, o qual discorre, inclusive, sobre os aspectos pertinentes aos registros escolares.

2.1 - Feitas essas observações e transpondo-as ao caso presente, temos a salientar que tais dispositivos não são automaticamente aplicáveis à aluna. A propósito, a Indicação CEE nº 10/78, que integra a Deliberação CEE nº 27/78 (homologada por Resolução SE, de 04/10/78) diz o seguinte:

"Toda dispensa, seja total, seja parcial, deve ser indicada por Comissão Especial designada pelo Diretor e submetida à aprovação do Supervisor Pedagógico. Os termos da dispensa serão registrados em ata".

2.3 - Assim, consoante pronunciamento da Supervisão do Ensino retromencionada, o fulcro da questão repousa no fato de ter deixado a escola de proceder aos devidos registros comprobatórios de tais dispensas.

2.4 - Contudo, de acordo com o que assinalou a Assistência Técnica da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, há que se ressaltar que, na época em que ocorreu a matrícula da estudante na 2a. série do 2º grau (EEPSG "Antônio Raposo Tavares") - início do ano letivo de 1978 - os dispositivos legais que disciplinavam a matéria, então vigentes: Pareceres CEE nºs. 1949/74 e 711/77 e Resolução SE nº 10/78 não registravam, com clareza, a necessidade das providências exigidas na Indicação CEE nº 10/78.

Já em 1979, quando da dispensa de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira na 3a. série, estando em vigor a Deliberação CEE nº 27/78, deveria a Escola ter preenchido essa exigência. No entanto, não o fez não só em relação a essa disciplina como também no que tange a Programas de Informação Profissional, prevista para a 1a. série, componente este que, por sua natureza, poderia ter sido dispensado da adaptação, uma vez que a aluna já havia se orientado para a escolha de um curso profissionalizante (Parecer CEE nº 200/81).

2.5 - Considerando, afinal, que à luz do Artigo 2º da Deliberação CEE nº 27/78: Caberá à Escola decidir sobre a dispensa total ou parcial da disciplina, à vista do currículo e carga horária já cumpridos e do objetivo, currículo e carga horária a cumprir, de forma que o aluno curse integralmente o currículo pleno da habilitação pretendida" (grifo nosso), cuja decisão será "submetida à aprovação do Supervisor Pedagógico" (Indicação CEE nº 10/78),

entendemos que a solução de problemas verificados nesse setor pode e deve ficar adstrita ao âmbito da Secretaria de Estado da Educação.

Portanto, não nos resta outra decisão a não ser a de que:

3 - CONCLUSÃO

Considera-se regular, nos termos deste Parecer, a vida escolar da aluna MARI ARTZ, no tocante à Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério cursada na EEPSP "Antônio Raposo Tavares"/Osasco (2a. série-1º semestre letivo de 1978) e EEPSP "Toufic - Jouliam"/Carapicuíba (da 2a. série - 2º semestre letivo de 1978 - à 4a. série, nos anos de 1979 e 1980, respectivamente).

CESG, aos 02 de dezembro de 1983

a) CONSº HEITOR PINTO E SILVA FILHO
- Relator -

4 - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Antônio Joaquim Severino, Aroldo Borges Diniz, Maria Aparecida Tamaso Garcia, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala das Sessões, em 01 de fevereiro de 1984

a) CONSº AROLDO BORGES DINIZ
Vice - Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 28 de março de 1.984.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO
PRESIDENTE